

A EDUCAÇÃO EM ALCÂNTARA PELO VIÉS DOS DADOS CENSITÁRIOS

Ricardo Costa de Sousa¹

RESUMO

O presente artigo é fruto de vivências e pesquisas realizadas no município de Alcântara. Com base em pesquisas bibliográficas e documentais, neste estudo de caráter propositivo, discorre-se acerca da educação em Alcântara pelo viés dos dados censitários de 2010, com ênfase na educação da população negra. Dessa forma, para evidenciar o estado educacional da população negra no município de Alcântara, será utilizando os dados do IBGE que permite apontar para as problemáticas em relação ao acesso e a permanência da população negra no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação. Frequência à Escola. População Negra. Alcântara.

ABSTRACT

This article is a result of experiences and research conducted in the city of Alcântara in the state of Maranhão on Brazil. Based on bibliographical and documentary research, this study submitting proposals, if talks-about education in Alcântara by bias of census data from 2010, with emphasis on education of the black population. Thus, to highlight the educational status of the black population in the municipality of Alcântara, will use the IBGE data that lets you point to the problems regarding the access and retention of black people at school.

Key-words: Education. School Attendance. Black Population. Alcântara.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a população negra foi silenciada na historiografia brasileira, assim como não havia a mínima discussão em relação à questão de gênero. Contudo, a pretensão em consultar os dados Censitários de 2010 é de mostrar como a educação se apresenta no município de Alcântara.

¹ Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST, Especialista em Metodologia do Ensino Superior – IESF e em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - UFMA, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: ricardo_lut@hotmail.com

Esta escrita só foi possível a partir da disponibilização, leitura e socialização da literatura/texto sugerido na disciplina de “História e Historiografia da Escola Brasileira” ministrada pela professora Natália Gil.

A partir das leituras realizadas na disciplina, este trabalho foi elaborado segundo a escolha do referencial teórico e metodológico em Bourdieu (1998), Fonseca (2007), Kuhlmann Jr. (2000), Censo Demográfico (2010), dentre outros teóricos. Dessa forma, o referencial contribuirá em um diálogo sistemático com elementos que materializam seus discursos.

Enfim, a intenção em apresentar este estudo é de, compartilhar experiências com pesquisadores que tratam das questões raciais como ponto de partida para a produção de trabalhos que evidenciem e discutam a importância de uma educação inclusiva para a população negra.

2 A POPULAÇÃO NEGRA FREQUENTE NA EDUCAÇÃO FORMAL EM ALCÂNTARA

Estudiosos da historiografia da educação vêm abordando um novo olhar ao que compete a educação na diversidade. Dessa forma, compreender a educação na diversidade é dá visibilidade à população negra, silenciada em inúmeras produções acadêmicas.

Contudo, poucos estudiosos foram sensibilizados a ver à educação no viés da diversidade, negligenciando a presença, ou mesmo, interditando o acesso da população negra no espaço escolar.

No século XXI, a partir dos dados do Censo Demográfico (2010) na cidade de Alcântara no Estado do Maranhão é possível demonstrar a inserção da população negra no espaço educativo, considerando 6.613 pessoas residentes que frequentavam escolas ou creches no período mencionado.

Tabela 01: População residente que frequentava escola ou creche

Grupo de Idade	População residente	Frequentava escola ou creche
0 a 3 anos	1.645	111
4 ou 5 anos	923	684

6 anos	447	434
7 a 14 anos	3.503	3.390
15 a 17 anos	1.315	1.065
18 a 19 anos	818	352
20 a 24 anos	2.168	201
25 ou + anos	11.032	376

Fonte: (IBGE, 2010).

Os dados do Censo Demográfico são apresentados aqui em: grupo de idade, população residente e pessoas que frequentavam escola ou creche, essa categorização ajuda no entendimento para a análise posterior.

Conforme se mostrou nos grupos de idade, apenas um dado não se insere no mesmo como é o caso dos 6 anos, como é possível perceber a explicação para tal análise não foi possível encontrar, subtraindo a população residente de 447 pela frequência à escola de 434 tem-se apenas 43 pessoas fora da sala de aula.

Em relação ao grupo de idade de 0 a 3 anos os dados obtidos da população residente é 1.645 pessoas, mas os frequentes à escola, nesse caso a creche é de 111, substancialmente são de áreas urbanas.

O dado Censitário revela à ausência de crianças nas creches, tendo em vista que a mesma foi criada na perspectiva de atender principalmente a família trabalhadora.

Contudo, a partir das visitas realizadas em Alcântara, em especial, nas Comunidades Quilombolas, as famílias veem as creches como um depositário de crianças, espaço onde a criança será cuidada, higienizada e alimentada, tendo em vista que a maioria assume esse papel, todavia, com as novas configurações que as creches vão tomando, ela se torna um espaço de aprendizagem onde o aluno aprende de forma lúdica.

A compreensão que as famílias têm da creche em Alcântara ainda não é um atrativo, posto que seja dispendioso deixar a criança na creche, por precisar pagar, e estas não dispõem de recursos financeiros, outro, a maioria das mães não trabalha fora de casa, não havendo necessidade, portanto, na visão de Kuhlmann Jr. (2010, p. 469):

Pode-se falar de “educação infantil” em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mas preciso na Constituição Federal de 1998, em que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade

(KUHLMANN JR. 2010, p. 469).

Historicamente, as instituições para crianças pequenas no Brasil surgiram na segunda metade do século XIX, mas precisamente na década de 1870, as creches, as escolas maternais e os jardins de infância.

No entanto, o processo de historicizar é uma forma de evidenciar na história elos de compreensão da educação para as crianças de 0 a 6 anos como aborda a Constituição Federal de 1988. Dessa forma, no pensamento de Kuhlmann Jr à educação da criança de 0 a 3 anos como trazido pelo Censo pode ser garantida no seio familiar, nos espaços de sociabilidade, espaço esse em que a criança esteja protegida, longe de qualquer risco de negligência ao aprendizado e ao desenvolvimento físico e cognitivo.

Outro dado que deve ser destacado é em relação ao quantitativo de pessoas que foram recenseadas de 4 ou 5 anos em que dos 923, que desse total, 684 pessoas estavam frequentando a escola ou creche, evidenciando a ausência de 239 pessoas.

Contudo, um dado que se deve marcar como preocupante, ainda é a ausência em idade escolar de 113 pessoas de 7 a 14 anos, sendo que dos 3.503, se evidencia 3.390 estavam frequentes na escola.

Tomando o Grupo de Idade de 15 a 17 anos, temos 1.315 pessoas sendo que deste quantitativo, 1.065 eram frequentes na escola, contabilizando 250 pessoas fora da escola.

Outro número que se deve salientar é a ausência de 466 pessoas na escola, pois do Grupo de Idade de 18 a 19 anos, frequentavam 352 pessoas de um total de 818 nessa faixa etária.

Um número alarmante de pessoas no Grupo de 20 a 24 anos, em que 2.168 pessoas recenseadas somente 201 estavam frequentes na escola, aqui, merece destaque os 1.967 pessoas fora da escola. São inúmeros, os impedimento desse grupo de idade a conclusão da educação básica, uma delas é a importância dada ao trabalho para sua própria sobrevivência, como também, para sua família.

Não obstante a Tabela 01, o Grupo de Idade de 25 ou mais anos revela 376 frequentes na escola de um total de 11.032 pessoas, que quando retornam aos bancos escolares, buscam matricular-se na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. É importante que se garanta a permanência desses alunos no espaço escolar, impedindo sua evasão.

No final do século XX a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 traz em seu bojo que os estabelecimentos de ensino devem assegurar segundo o Art. 3º vários princípios dos quais se destaca:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; [...] IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...] VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...] X - valorização da experiência extraescolar (LDB, 9.304/1996).

Elencar os princípios norteadores da educação nacional segundo a LDB é compreender, respeitar e valorizar os saberes que são construídos dentro e fora do espaço escolar, saberes estes que são reelaborados e sistematizados na escola, onde o conhecimento é legitimado.

A população negra é o grupo étnico que maior configura o quadro de abandono dos bancos escolares, mudanças mínimas acontecem, contudo, ainda persistem.

Na escrita de Fonseca (2007, p. 15) é possível verificar que:

Essa transformação que vem caracterizando a historiografia mais recente ainda não foi absorvida pela história de educação que, apesar de ter modificado significativamente seus padrões de análise, continua a conviver com uma visão tradicionalmente construída sobre a população negra. Isso pode ser constatado a partir da forma como a história da educação tratou a relação entre os negros e a escola, que, em geral, é concebida como um espaço onde a presença deles é considerada praticamente nula, ou algo esporádico e casual (FONSECA, 2007, p. 15).

A compreensão historiográfica apresentada destaca algumas mudanças importantes para a inserção ou permanência da população negra no espaço escolar. A Constituição Federal de 1988 é um dos principais mecanismos que garantem o acesso dessa população e outras ao direito à educação. Contudo, a questão que se deve colocar não é a oferta por lei garantida, mas sim a permanência do aluno na escola.

Historicamente, na produção de Filho (2000, p. 138) pode-se verificar que:

Toda educação da infância, foi-se lentamente substituída a “escola de primeiras letras” pela “instrução elementar”. A palavra elementar, mesmo etimologicamente, mantém a ideia de rudimentar, mas, permite pensar, também, naquilo que é o “princípio básico, o elemento primeiro”, e do qual nada mais pode ser subtraído do processo de instrução (FILHO, 2000, p. 138).

Contudo, o processo educativo, como mencionado é no sentido de iniciar a introdução de conhecimentos elementares, como o aprender ler e escrever, sendo que para a continuidade dos estudos Bourdieu (1998, p. 58) faz o seguinte apontamento.

Ao atribuir aos indivíduos esperança de vida escolar estritamente dimensionada pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, a aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de “dons” ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em “distinção de qualidade”, e legítima a transmissão da herança cultura (BOURDIEU, 1998, p. 58).

Tal constatação ajuda a compreender a escola como espaço de construção de saberes, e ao mesmo tempo espaço que legitima as desigualdades sociais e confirma o legado cultural, a partir de mecanismos eliminatórios que agem ao longo do processo escolar de diferentes classes sociais.

Torna-se pertinente a inclusão da contribuição do autor, pois se entende que o capital cultural segundo sua concepção é determinante e interfere significativamente no sucesso e no insucesso do aluno.

Para entender melhor essa questão, buscou-se os dados do Censo Demográfico de 2010 que fazem referência ao quantitativo de 21.851 pessoas que frequentavam ou não o espaço escolar na cidade de Alcântara no Maranhão.

Tabela 02: População residente, por frequência a escola ou creche e rede de ensino que frequentavam.

Frequentavam	6.613
Frequentavam rede de ensino pública	6.282
Frequentavam rede de ensino particular	330
Não frequentavam, mas já frequentaram	11.523
Nunca frequentaram	3.715

Fonte: IBGE (2010)

Os dados abordados demonstram que a escola ainda continua sendo para poucos, apesar dos mecanismos legitimadores de direito ao acesso a educação. Para fins de análise, uma população que em sua totalidade apresenta-se com 21.852 pessoas, logo se entende que as pessoas que frequentaram a escola ou creche somam-se 6.613 pessoas.

Seguindo o número total de pessoas residentes em Alcântara, desse um quantitativo de 6.282 pessoas frequentavam a rede de ensino pública, quanto que para a frequência na rede de ensino particular era de 330 pessoas.

Na mostra recolhida, 11.523 pessoas não frequentaram, mas, já frequentaram a escola ou creche. Essa amostra demonstra que um número muito grande de pessoas que passaram pelo espaço escolar, que infelizmente se afastara.

Em último ponto, valem destacar os 3.715 pessoas que nunca frequentaram a escola ou creche. Esse dado demonstra um quantitativo mínimo de pessoas que nunca adentraram em uma escola. Os dados não dizem o porquê, mas entende-se esse número a partir dos mecanismos de exclusão dotados por várias escolas, outro, são os fatores de impedimento, como o trabalho.

Buscou-se na compreensão do pensamento de Álvaro Vieira Pinto, com o processo de industrialização e renovação cultural, em que a autora Xavier (2012, p. 222) relata que ao tomar sua fala em que:

Compreendia a educação como uma possibilidade de abertura de caminhos para a negação da alienação e da construção da consciência crítica. Isso não significa dizer que ele tratou a educação escolar como instrumento do desenvolvimento, mas, como um instrumento auxiliar no despertar da consciência crítica (XAVIER, 2012, p. 222).

Tomar a educação como possibilidade de mudança segundo o pensar de Álvaro Vieira Pinto, é oportunizar o processo de desenvolvimento nacional. Em curta expressão “para superar o atraso era preciso disseminar as conquistas da civilização industrial”. Dessa forma, a industrialização e escolarização em consonância seria o meio para atingir o progresso material e aceleraria a transformação da realidade social.

Os pontos acima, mostram claramente na história da educação os danos causadores que advém do mito da inferioridade, da incapacidade de aprendizagem, desinteresse da população negra pelo espaço escolar, assim como a compreensão que se tem em relação aos processos históricos de exclusão desse segmento populacional na educação formal.

Com base nas informações apreciadas, pode-se sintetizar essa análise a partir da Tabela 03, onde se verificam as pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução.

Tabela 03: Pessoas de 10 anos ou + de idade por nível de instrução

Sem instrução e fundamental incompleto	11.898
Fundamental completo e médio incompleto	2708
Médio completo e superior incompleto	2560
Superior completo	351
Não determinado	35

Fonte: IBGE (2010)

Os dados extraídos na cidade de Alcântara no Maranhão revelam que as pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução totalizam 17.552 pessoas.

Os indicadores da Tabela 03 mostram que as pessoas acima de 10 anos ou mais sem instrução ao fundamental incompleto é de 11.898, porém, desse montante não significa dizer que as pessoas sem instrução não tenham adquirido saberes como o ler, escrever e contar em espaços não formais.

O levantamento do Censo mostra as pessoas que concluíram o ensino fundamental e médio incompleto totalizando 2.708, e apresenta no ensino médio completo e superior incompleto com 2.560 este número não significa que grande parte desse quantitativo esteja ingresso no nível superior, visto que o nível superior é compreendido como algo distante.

No artigo, “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, evidencia-se a realidade francófona que ajuda a pensar o ingresso de pessoas no nível superior ao dizer que:

Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais do que um filho de operário, e suas chances são ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem da classe média. (BOURDIEU,1998, p. 41)

A realidade francófona para a brasileira em particular em Alcântara cabe muito bem, pois segundo os dados Censitários 6.399 pessoas residem no espaço urbano, enquanto 15.452 são residentes no meio rural. Essa demonstração é no sentido de assinalar que os jovens que conseguiram concluir o ensino médio, um número mínimo de

peças têm pretensões à continuidade dos estudos no nível superior como demonstrado na Tabela 03 de 351 pessoas que no ano de 2010 o concluíram.

Alguns mecanismos de impedimento é a distância entre o espaço rural e urbano, deslocamento, trabalho agrícola, outro, com a indisposição após o trabalho.

Dessa forma, a contribuição de Bourdieu é válida ao afirmar com o excerto a inserção, ou as chances dos jovens de determinada classe social adentrarem no nível superior.

Menciona-se a colaboração de Xavier (2012, p. 224) ao tratar da escolarização da sociedade no pensamento de Anísio Teixeira, ao desfecho desse primeiro ponto de análise.

Interessado em delinear o papel da educação no desenvolvimento brasileiro Anísio Teixeira também recorreu à história para elucidar as razões do nosso atraso. Comprometido com a modernização do sistema de ensino ele registrou em diferentes textos e conferências a forma como compreendia as razões do atraso brasileiro. Seu principal argumento tinha por base a inadequação de nossas instituições sociais. A seu juízo, o nosso atraso era decorrente do caráter não moderno da nossa cultura. A origem dos nossos males estava na história da nossa formação histórico-social – mais precisamente, no legado cultural nefasto que experiência colonial portuguesa havia nos deixado (XAVIER, 2012, p. 224).

A legitimação da aprendizagem formal assegurada na escola pública e democrática, segundo a exposição do pensamento de Anísio Teixeira é significativo, pois, as transformações sociais acontecem por intermédio das instituições sociais que preparam as pessoas ao processo de modernização da cultura.

Finalmente, é indiscutível o legado cultural nefasto do período colonial em relação ao atraso educacional brasileiro, especificamente em Alcântara, Colônia Portuguesa até o século XIX.

3 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a educação é legitimadora do saber, contudo o saber é construído nas relações sociais, que possibilitam e reforçam ou não o seu pertencimento, tendo em vista que a escola tem-se mostrado muitas vezes omissa quanto ao dever de reconhecer positivamente os alunos negros.

Dessa forma, a materialização dos dados coletados no Censo Demográfico (2010) foi uma das fontes escolhidas para que se pudesse analisar a Educação em Alcântara pelo

viés dos dados censitários que retratam oficialmente a realidade deste Município maranhense.

Considera-se, importante dizer que o acesso à educação representa um direito de todos, contudo, é sabido que a população negra foi durante muito tempo excluído do acesso a escola, hoje, os mecanismos são outros, como sua permanência.

Por fim, a pesquisa mostra um quantitativo mínimo de alunos que ingressaram na rede pública de ensino, como também na rede privada, que frequentaram e concluíram o ensino fundamental, médio e superior no município de Alcântara, como fora possível observar ao longo do artigo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília: MEC, 1996

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Aparecida Joly Gouveia (trad.). In: M. Nogueira e A. Catani (org.). Escritos de educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

Censo Demográfico 2010. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010ED.asp?o=16&i=P>. Acesso em: 10 jan, 2014.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Instrução elementar no século XIX**. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira**. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n.13, p.11-50, jan.-abr. 2007.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Educando a infância brasileira**. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

XAVIER, Maria do Carmo. **A educação no debate do desenvolvimento: as décadas de 1950/1960**. In: GIL, N.; ZICA, M. da C.; FARIA FILHO, L. M. de. *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.